

REFLEXÃO SOBRE A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO SUPERIORⁱ

1 INTRODUÇÃO

O número de Pessoas com Deficiência (PCD) adentrando em diferentes espaços da sociedade, identificando e buscando seus direitos, têm crescido significativamente (Alencar; Nogueira, 2023). No mundo, existem 1,3 bilhão de PCD, o equivalente a 16% da população, conforme a OMS (2023). No Brasil, as PCD somam 18,6 milhões (Governo Federal, 2023).

Como forma de entender e abordar a deficiência foram criados os modelos teóricos de deficiência, a citar o modelo médico, o modelo social e o modelo biopsicossocial.

A sociedade evoluiu em relação a inclusão, porém as PCD cotidianamente suportam situações de desigualdades em diversos espaços sociais, inclusive nas Instituições de Ensino Superior (IES), como apontam Lima e Carmo (2023).

Apesar do arcabouço legal existente, ainda se faz necessário promover acessibilidade e inclusão das PCD. As próprias IES podem estar promovendo condutas que excluem as PCD, como discriminações, falta de recursos, barreiras arquitetônicas, entre outras condutas. E essas barreiras de acessibilidade e inclusão, motiva a evasão de estudantes com deficiência (Santos; Pessoa, 2019).

Sob tal perspectiva, este ensaio possui o objetivo de discutir sobre a relação dos modelos teóricos da deficiência com o que é relatado nas publicações científicas sobre as práticas de inclusão de Pessoas com Deficiência nas Instituições de Ensino Superior, especialmente nos cursos de Ciências Contábeis.

A justificativa para este estudo é que a temática relativa às barreiras da acessibilidade no ensino superior ainda é recente, como é apontado no estudo de Porte, Rocha e Pereira (2022). Sendo assim, é necessário que este tema seja explorado, para que sejam reconsideradas as formas que a sociedade, principalmente as IES, estão incluindo as PCD. Os estudantes com deficiência estão cada vez mais presentes no ensino superior, o que estimula compreender e buscar formas de eliminar as barreiras e desafios para uma efetiva inclusão, acessibilidade e permanência deles.

Além disso, o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS 4) da Agenda 2030 e suas metas associadas estabeleceu uma agenda de educação ambiciosa para o período de 2015 a 2030. Então, devem ser feitos todos os esforços para incentivar e garantir educação de qualidade também para as PCD (UNESCO, 2021).

2 FUNDAMENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Os modelos teóricos de deficiência são: o médico, o social e o Biopsicossocial. O modelo médico entendia a deficiência como doença que precisava ser curada (Foresti; Bousfield, 2022).

O modelo social, que surgiu a partir de críticas do modelo médico, procurava explicar a deficiência como uma construção social. O modelo tem foco na própria sociedade, no ambiente, e não na pessoa com sua deficiência (Spinieli, 2024). O modelo biopsicossocial integra enfoques do modelo médico e do social. O modelo não se restringe ao corpo, mas leva em conta a interação entre saúde, funções do corpo, participação social, aspectos pessoais e ambientais (Mota; Bousquat, 2022).

A CIF, que é uma ferramenta da Organização Mundial de Saúde (OMS), define funcionalidade e deficiência como “uma interação dinâmica entre problemas de saúde e fatores contextuais, tanto pessoais quanto ambientais” (OMS, 2012, p.4).

A CIF também conceitua incapacidade, apresentando-a como uma definição abrangente de deficiências, limitações e restrições para executar algumas atividades, que afeta as perspectivas negativas da relação entre uma PCD e os fatores pessoais e ambientais. A deficiência é um conceito em desenvolvimento, sendo esta o resultado “da interação entre pessoas com deficiência e barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária” (OMS, 2012, p.4).

As PCD enfrentam diariamente várias situações de desigualdades, como o direito de ocupar os variados espaços na sociedade, no âmbito da educação, no mercado de trabalho, na saúde, entre outros espaços. Houve avanços na sociedade, no que se refere a inclusão de PCD, mas a história apresenta um cenário de invisibilidade, segregação e exclusão, ocasionados por discursos religiosos, médicos, entre outros (Lima; Carmo, 2023).

Mesmo com todos os avanços no que se refere a integração e inclusão, as PCD possuem as piores condições de saúde, possuem níveis mais baixos de escolaridade, menores condições econômicas, são mais vulneráveis à violência, possuem maiores restrições à participação social e maiores taxas de pobreza quando comparadas às pessoas sem deficiência (Marreiros *et al.*, 2022). À vista disso, a inclusão é uma iniciativa de responsabilidade social para que haja uma reestruturação espacial para a plena participação das PCD, em qualquer condição da vida social (Oliveira *et al.*, 2021).

Levando em conta o arcabouço legal, em que foram instituídas cotas para integração de PCD no ensino superior, Santos e Pessoa (2019) demonstraram que houve crescimento do

número de PCD nas IES ao longo dos anos, mesmo assim, há muitos desafios para que a inclusão seja efetivamente praticada.

Os autores buscaram as experiências de alunos com deficiência em IES, identificando as dificuldades que eles tinham para permanecer na instituição e se formarem. Eles descobriram que diferentes condutas dentro das instituições de ensino podem estar relacionadas com a exclusão, como barreiras arquitetônicas, falta de recursos, existência de discriminações e a resignação dos próprios alunos com deficiência (Santos; Pessoa, 2019).

Especificamente nos cursos de Ciências Contábeis, Souza e Silva (2023) apontaram, que há pouco conhecimento nos cursos sobre as práticas de inclusão nas diversas dimensões de acessibilidade; ao envolvimento de ações para promover acessibilidade atitudinal, metodológica e comunicacional. Existem dificuldades na formação dos discentes no que se refere à acessibilidade e falhas de comunicação entre a coordenação, direção, professores e estudantes. Ademais, nas Ciências Contábeis os termos são muito técnicos, o que dificulta a aprendizagem dos discentes com deficiência (Santos; Costa, 2020; Souza; Silva, 2023).

Silva Neto *et al.* (2025) apontaram que professores até possuem ótima qualificação acadêmica, porém necessitam de formação direcionada a educação inclusiva. O apoio oferecido aos docentes ainda não é suficiente para realizar uma pedagogia inclusiva. As instituições deveriam oferecer condições adequadas não só para os alunos, mas também para os docentes, pois há falta de recursos didáticos adaptados, as turmas são grandes, não há tempo suficiente para um planejamento adaptado (Silva Neto *et al.*, 2025).

Levando em conta as publicações científicas, inferiu-se que há desafios estruturais nas universidades para inclusão. Observou-se que ainda é necessário ter investimentos nas competências dos profissionais como professores e servidores em geral, e na infraestrutura, devido a uma possível escassez de recursos financeiros, de tecnologia assistiva, à falta de opções que garantam a autonomia dos estudantes com deficiência. Há muito para investir, especialmente nos aspectos do ensino e aprendizagem.

Diante deste cenário, entendeu-se que as IES, em especial os cursos de Ciências Contábeis, ainda se comportam como na abordagem médica, dado que há práticas pedagógicas que ainda visa o individual, que vê a inclusão das PCD como uma questão a ser tratada através de adaptações/tratamentos, como algo a ser remediado.

Alguns comportamentos das IES podem se enquadrar no modelo social, dado que elas procuram não excluir as PCD. Entretanto, a inclusão requer uma abordagem mais vasta, que vai além do individual, das formas de exclusão e das adaptações do ambiente, ou seja, inclusão

não é só ter discentes com deficiência nas instituições, mas sim ter envolvimento de todos, ter um comprometimento ético para construir um ambiente acadêmico inclusivo.

3 CONCLUSÃO

Considerando os três modelos teóricos de deficiência, conclui-se que, de acordo com as publicações científicas, as IES, em especial os cursos de Ciências Contábeis, estão se comportando mais conforme os aspectos dos modelos médico e social. O modelo ideal para inclusão das PCD seria o biopsicossocial, que considera especialmente os aspectos biológicos, sociais e psicológicos dessas pessoas.

A contribuição deste ensaio, em primeiro lugar, é a ampliação das discussões sobre inclusão de PCD nas universidades, indicando também formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão. Adicionalmente, este trabalho pode contribuir para estimular práticas institucionais inclusivas e incentivar a educação de qualidade como estabelecido no ODS 4 da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, S. de Á.; NOGUEIRA, M. A. F. de S. Controle interno e sua atuação na acessibilidade para pessoas com deficiência em uma universidade. **Revista FOCO**, [S.l.], v. 16, n. 10, p. e3281, 2023.

FORESTI, T.; BOUSFIELD, A. B. da S. A compreensão da deficiência a partir das teorias dos modelos médico e social. **Rev. psicol. polít. [online]**, v.22, n.55, p.654-667. 2022.

GOVERNO FEDERAL. **Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC**, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc#:~:text=PESSOAS%20COM%20DEFICI%3%8ANCIA-,Brasil%20tem%2018%2C6%20milh%3%B5es%20de%20pessoas%20com%20defici%3%AAncia%2C%20indica,divulgada%20pelo%20IBGE%20e%20MDHC&text=A%20popula%3%A7%3%A3o%20com%20defici%3%AAncia%20no,da%20popula%3%A7%3%A3o%20dessa%20faixa%20et%3%A1ria>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

LIMA, A. T.; CARMO, M. A. A. Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 1132–1150, 2023.

MARREIROS, S. P. D.; LIMA, K. de M.; VIEIRA, M. C. A.; RIBEIRO, K. V.; MASCARENHAS, A. A.; DANTAS, V. L. R. Being a person with a disability in the rural context: experience report on accessibility in a basic health unit. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 11, n. 7, p. e39411729970, 2022

MOTA, Paulo Henrique dos Santos; BOUSQUAT, Aylene. Deficiência: palavras, modelos e exclusão. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 45, n. 130, p. 847–860, 2022.

OLIVEIRA, M. C. U. de; MICCAS, C.; ARAÚJO, C. O. de; D'ANTINO, M. E. F. O uso da CIF no contexto escolar inclusivo: um mapeamento bibliográfico. **Revista Educação Especial**, [S.l.], v. 34, p. e15/1–20, 2021

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Disability**, 2023. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/disability-and-health>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/09/9788564047020_por.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

PORTE, M. de S.; ROCHA, J. D. T.; PEREIRA, C. A. Barreiras de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência no Ensino Superior. **Administração Pública e Gestão Social**, [S.l.], v. 14, n. 4, 2022.

SANTOS, B. R. L.; COSTA, F. Desafios percebidos por alunos surdos no ensino da disciplina de Contabilidade Introdutória nos cursos de ciências contábeis e administração. **Contabilidade Vista & Revista**, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 18–45, 2020.

SANTOS, I. S.; PESSOA, A. S. G. Fatores que dificultam a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S.l.], v. 20, n. 4, p. 430–439, 2019.

SILVA NETO, A. T. da; PEREIRA, B. M.; NEGREIROS, M. C. V.; JESUS, S. R. P. de; ALVES, A. T.; SANTOS, L. B. A. dos. A educação inclusiva na graduação em Ciências Contábeis da UFAM: a percepção dos professores sobre inclusão no ensino superior. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 22, n. 9, p. e17867, 2025.

SOUZA, M. S; SILVA, M. A. da. Acessibilidade e inclusão na graduação em ciências contábeis: Uma Discussão sobre o Fenômeno da Negação acerca do Conhecimento e Envolvimento. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S.l.], v.31, n.116, 2023.

SPINIEMI, A. L. P. Os déficits protetivos do Paradigma Social das Pessoas com Deficiência: Rumo à emergência do modelo de Direitos Humanos. **Sociedade em Debate**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 1-14, 2024.

UNESCO. **Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de aprendizagem ao longo da vida**, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656_por>. Acesso em: 31 jul. 2025.

ⁱ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.